



CNPJ nº 91.884.981/0001-32 | Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteadó s/nº Km 57,5 - Indaiatuba/SP

BANCO JOHN DEERE S.A.

Demonstrações Financeiras para os Semestres e Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e Exercício de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)																		
Relatório da Administração																		
Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondente ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023.																		
Resumo das Operações: o Banco John Deere S.A. tem seus esforços voltados ao financiamento de máquinas, equipamentos e peças da marca John Deere. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de novas operações de crédito no montante de R\$ 33,8 bilhões no exercício de 2023. O lucro líquido do exercício de 2023 foi de R\$ 322.303 mil. Aspectos Econômicos e de negócio: As condições econômicas no mercado global e industrial no qual o Banco opera pode afetar diretamente o negócio, bem como a confiança dos clientes em função de exposição cambial e volatilidade da moeda, altas taxas de juros, inflação, clima, política e estabilidade social. As estimativas para o mercado agrícola no Brasil para 2024 sugerem uma leve queda na produção de commodities principalmente em função de problemas climáticos quando comparamos as médias históricas dos últimos 05 anos. A área plantada de grãos permanece estável. A taxa de juros permanece elevada, entretanto, Banco Central vem reduzindo gradativamente a taxa Selic e suas estimativas indicam tendência de queda nos próximos meses. A moeda Real se mantém estável e o preço das commodities no mercado interno indica tendência de baixa para soja e tendência estável ou alta para as demais culturas. O mercado permanece com sólidos fundamentos e confiança alta de crescimento no longo prazo. O mercado de construção civil indica desaceleração da indústria, menores investimentos públicos, concorrência agressiva e forte luta por participação de mercado. A																		
John Deere indicou que a expectativa de vendas para equipamentos agrícolas no Brasil é de redução de 35% para este ano e aumento de vendas de equipamentos para construção civil e florestal de 10%. Aspectos Sociais: O Banco reconhece a importância do engajamento corporativo em ações de responsabilidade social, por essa razão, anualmente, destina parte de seu lucro, a projetos sociais que ajudam na redução da desigualdade social, democratização do acesso à Cultura, Educação e Esporte. Todo esse trabalho é desenvolvido através do Instituto John Deere, fundada em 2004, a qual é responsável por gerenciar os programas de desenvolvimento. Suas ações estão focadas aos seguintes pilares de atuação: Educação, Desenvolvimento de Comunidades e Combate à Fome. As doações aos projetos sociais ocorrem no segundo semestre de cada ano-calendário. Gerenciamentos de																		
Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento integrada de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2023, os limites operacionais do Banco, que são apurados de forma consolidada, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações. Ouvidoria: a missão da Ouvidoria é a de atuar como canal de comunicação entre o Banco John Deere S.A., seus clientes e os usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, assegurando a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor.																		
Balanços Patrimoniais					Demonstrações do Resultado					Demonstração dos Fluxos de Caixa								
Ativo	NE	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	NE	31.12.2023	31.12.2022	Receitas da Intermediação Financeira	NE	Semestre	Exercício	Exercício	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	NE	Semestre	Exercício	Exercício	
Disponibilidades	4	1.426	1.036	Depósitos	9	2.300.540	2.831.424	Operações de crédito	1.145.280	1.929.073	1.183.397		Lucro líquido ajustado		390.837	650.089	407.431	
Aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações no mercado aberto	4	146.050	857.184	Depósitos à vista		201.370	237.071	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	57.110	110.361	87.668		Lucro líquido do semestre / exercício		177.205	322.303	269.383	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	-	120.080	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	8	6.501.656	5.312.400	Total	1.202.390	2.039.434	1.271.065		Ajustes ao lucro líquido		213.632	327.786	138.048	
Relações interfinanceiras		1.062.933	183.194	FINAME / BNDES		6.498.494	5.308.646	Despesas de Intermediação Financeira					Provisão benefício empregados			356	836	797
Depósitos no Banco Central	4.1	1.062.933	183.194	FNO - Fundo Constitucional do Norte		3.162	3.754	Operações de captação no mercado	9	(193.667)	(389.618)	(153.983)	Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12b	5.717	5.694	700	
Carteira de Crédito	5	17.435.533	13.626.644	Obrigações por repasses Exterior	8	3.217.095	2.392.731	Operações de captação com letras financeiras	10a	(179.927)	(332.490)	(187.570)	Efeito de variação cambial com partes relacionadas		110.840	(8.589)	7.183	
Operações de crédito - setor privado		17.427.189	13.617.337	Obrigações por repasses do exterior em Moeda Estrangeira		3.217.095	2.392.731	Operações de captação com letras financeiras	10a	(179.927)	(332.490)	(187.570)	Efeito de variação cambial com repasse BNDES		(17.567)	(17.514)	-	
Outros créditos com característica de operação de crédito		8.344	9.307	Letras Financeiras	10a	2.672.133	1.883.779	Operações de captação com letras de crédito do agronegócio	10b	(50.873)	(68.603)	(263)	Efeito de variação cambial com operações de credito		22.400	220.350	52.615	
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6	(485.759)	(354.971)	Letras Financeiras	10b	905.006	60.075	Operações de captação com letras de crédito					Imposto de renda e contribuição social diferidos	13b	(71.923)	(90.127)	(20.517)	
(Operações de Créditos) (Outros Créditos)		(483.576)	(354.721)	Letras de crédito LCA		905.006	60.075	Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6.a	(161.276)	(212.150)	(93.650)	Depreciações e amortizações	19	2.533	4.985	3.620	
Outros créditos		309.639	212.232	Outras obrigações		304.180	185.933	Operações de empréstimos e repasses	8	(319.825)	(403.041)	(379.218)	Variação de Ativos e Obrigações					
Ativos fiscais diferidos	13b	283.869	193.214	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	12a	2.544	3.592	Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6.a	(161.276)	(212.150)	(93.650)	Redução (aumento) em relações interfinanceiras		(88.516)	(879.739)	(180.676)	
Diversos	7	25.770	19.018	Sociais e estatutárias	12a	13.847	9.684	Total		(905.567)	(1.405.902)	(814.684)	Redução (aumento) em operações de crédito		(1.746.395)	(4.827.236)	(5.302.437)	
Outros valores e bens		4.517	2.163	Passivos fiscais correntes	11	189.248	139.924	Resultado Bruto da Intermediação Financeira		296.823	633.532	456.381	Juros recebidos em operações de crédito		172.477	716.635	668.902	
Outros valores e bens		3.412	1.634	Diversas	12a	32.957	24.126	Outras receitas e Despesas Operacionais					Redução (aumento) em outros créditos		9.597	(7.280)	(7.697)	
Despesas antecipadas		1.105	529	Provisão para riscos contingentes	12b	7.433	1.739	Receitas de prestação de serviços	17	2.236	3.892	6.087	Redução (aumento) em outros valores e bens		(2.653)	(2.354)	1.228	
Imobilizado de uso		4.100	4.103	Outros Passivos	16	58.151	6.868	Rendas de tarifas bancárias		425	1.029	748	Aumento (redução) em depósitos		(1.541.677)	(530.884)	2.248.693	
Outras imobilizações de uso (Depreciações Acumuladas)		8.077	7.148	Patrimônio Líquido				Despesas de pessoal	18	(30.516)	(56.387)	(47.999)	Aumento (redução) em obrigações por repasses (BNDES/FINAME)		1.860.434	1.510.780	8.261	
Intangível		26.070	17.971	Capital social - de domiciliados no País	14a	1.280.000	886.500	Outras despesas administrativas	19	(28.970)	(51.962)	(36.799)	Aumento (redução) em obrigações por repasses (BNDES/FINAME)		(40.523)	(304.011)	(272.588)	
Ativos Intangíveis (Amortização Acumulada)		46.294	34.142	Capital social - a integralizar		323	323	Despesas tributárias		(24.027)	(43.387)	(26.959)	Juros pagos em obrigações por repasses (BNDES/FINAME)					
		(20.224)	(16.171)	Reserva de capital	14b	1.182.128	997.328	Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12b	(5.717)	(5.694)	(700)	Aumento (redução) em obrigações por empréstimos com partes relacionadas		119.062	858.931	1.461.171	
				Reservas de lucros		(2)	643	Prejuízo na alienação de valores e bens		(59)	(272)	(476)	Aumento em emissão de títulos (letras financeiras)		56.965	788.354	1.167.843	
				Outros resultados abrangentes				Resultado não Operacional		437	646	967	Aumento em emissão de títulos (LCA)		537.535	844.931	60.075	
				Total do patrimônio líquido		2.603.899	2.003.294	Outras receitas operacionais	20	1.606	2.481	54.187	Aumento (redução) em outras obrigações		130.870	296.470	5.355	
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		18.504.509	14.669.636	Total		211.281	482.346	404.223	Imposto de renda e contribuição social pagos		(68.910)	(206.451)	(124.760)	
Total do Ativo		18.504.509	14.669.636					Resultado Operacional					Juros pagos em obrigações por empréstimos com partes relacionadas		(11.434)	(25.979)	(46.484)	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido													Caixa líquido proveniente das (utilizado) nas atividades operacionais			(222.330)	(1.117.744)	94.318
		Capital social	Capital social a	Reserva	Reservas de Lucros	Lucros	Outros resultados						Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
		NE	realizado	integralizar	de capital	legal	estatutária	acumulados	abrangentes	Total			Aquisição de imobilizado de uso e intangível					
Saldos em 01/01/2022		836.500	50.000	323	82.656	780.759	-	-	606	1.750.844			Aumento de Capital		(6.214)	(13.081)	(7.440)	
Aumento de capital	14.a	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-	-	-			Caixa líquido proveniente da (utilizado) nas atividades de investimentos		293.786	286.919	(7.440)	
Aumento de capital a integralizar	14.a	-	118.500	-	-	(135.000)	-	-	-	(16.500)			Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		71.458	(830.824)	86.878	
Reversão de dividendos para reserva estatutária	14.a	-	-	-	-	2.092	-	-	-	2.092			Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	76.018	978.300	891.422	
Lucro líquido do exercício	14.b	-	-	-	-	-	269.383	-	-	269.383			Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	147.476	147.476	978.300	
Destinações:													Variação do caixa e equivalente no período		71.458	(830.824)	86.878	
Reserva legal	14.b	-	-	-	13.469	-	(13.469)	-	-	-			tradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Não foram observados ajustes relevantes que possam comprometer a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2023. Os ativos não financeiros mantidos para venda são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. 3.8. Obrigações por empréstimos e repasses: As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. O Banco reclassifica, quando aplicável, os saldos credores apresentados por contatos de natureza devedora, decorrentes do registro de variação cambial incidente sobre operações passivas de repasses externos, para a rubrica "Outras rendas operacionais" no resultado. 3.9. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): A provisão do IRPJ é registrada pelo regime de competência, bem como calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual, excedente a R\$ 240 mil. A provisão para CSLL, deverá ser calculada à alíquota de 20%. O ativo fiscal diferido a ser calculado e reconhecido até 31 de dezembro de 2023, será apurado considerando a expectativa de realização desse ativo por mês-calendário. 3.10. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma: Provisões para riscos - são avaliadas por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados os classificados como perda remota. 3.11. Participação dos empregados: A participação dos empregados no resultado é calculada seguindo critérios acordados com o sindicato dos bancários (PPR) e/ou de acordo com as políticas internas globais de remuneração variável, sendo paga anualmente. 3.12. Benefícios a empregados: Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. Os benefícios pós-emprego relacionados a comple-					
Dividendos	14.c	-	-	-	-	-	(2.559)	-	-	(2.559)								
Reserva estatutária	14.c	-	-	-	-	253.355	(253.355)	-	-	-								
Outros eventos:																		
Ajustes de avaliação atuarial	21.b	-	-	-	-	-	-	-	36	36								
Saldos em 31/12/2022		886.500	118.500	323	96.125	901.204	-	-	643	2.003.294								
Saldos em 01/01/2023		886.500	118.500	323	96.125	901.203	-	-	643	2.003.294								
Aumento de capital	14.a	393.500	(93.500)	-	-	-	-	-	-	300.000								
Aumento de capital a integralizar	14.b	-	116.450	-	-	(137.000)	-	-	-	(20.550)								
Reversão de dividendos para reserva estatutária	14.b	-	-	-	-	2.559	-	-	-	2.559								
Lucro líquido do exercício	14.b	-	-	-	-	-	322.303	-	-	322.303								
Destinações:																		
Reserva legal	14.b	-	-	-	16.115	-	(16.115)	-	-	-								
Dividendos	14.c	-	-	-	-	-	(3.062)	-	-	(3.062)								
Reserva estatutária	14.c	-	-	-	-	303.126	(303.126)	-	-	-								
Outros eventos:																		
Ajustes de avaliação atuarial	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(645)	(645)								
Saldos em 31/12/2023		1.280.000	141.450	323	112.240	1.069.888	-	-	(2)	2.603.899								
Saldos em 01/01/2023		980.000	25.000	323	96.125	903.762	145.097	-	643	2.100.950								
Aumento de capital	14.a	300.000	-	-	-	-	-	-	-	300.000								
Aumento de capital a integralizar	14.b	-	116.450	-	-	(137.000)	-	-	-	(20.550)								
Lucro líquido do semestre	14.b	-	-	-	-	-	177.205	-	-	177.205								
Destinações:																		
Reserva legal	14.b	-	-	-	16.115	-	(16.115)	-	-	-								
Dividendos	14.c	-	-	-	-	-	(3.062)	-	-	(3.062)								
Reserva estatutária	14.c	-	-	-	-	303.126	(303.125)	-	-	1								
Outros eventos:																		
Ajustes de avaliação atuarial	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(645)	(645)								
Saldos em 31/12/2023		1.280.000	141.450	323	112.240	1.069.888	-	-	(2)	2.603.899								
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras																		
1. Contexto Operacional: O Banco John Deere S.A. ("Banco") é um Banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento. Sua sede é na Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteado, s/n, km 57,5, Indaítuba - SP. As operações de crédito do Banco referem-se basicamente a financiamentos a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidores da John Deere Brasil Ltda. ("Controladora") visando ao fomento da venda de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere.	Pronunciamento	Descrição	Homologação															
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, emanadas das normas substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil nº 6.404/76 e respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normatizadas pelo BACEN. As normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), serão aplicadas somente quando aprovadas pelo BACEN em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, o Banco na elaboração de suas demonstrações financeiras adotou os seguintes pronunciamentos:	Descrição	Homologação																
	1. Contexto Operacional: O Banco John Deere S.A. ("Banco") é um Banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento. Sua sede é na Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteado, s/n, km 57,5, Indaítuba - SP. As operações de crédito do Banco referem-se basicamente a financiamentos a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidores da John Deere Brasil Ltda. ("Controladora") visando ao fomento da venda de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere.	2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, emanadas das normas substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil nº 6.404/76 e respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normatizadas pelo BACEN. As normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), serão aplicadas somente quando aprovadas pelo BACEN em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, o Banco na elaboração de suas demonstrações financeiras adotou os seguintes pronunciamentos:	1. Contexto Operacional: O Banco John Deere S.A. ("Banco") é um Banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento. Sua sede é na Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteado, s/n, km 57,5, Indaítuba - SP. As operações de crédito do Banco referem-se basicamente a financiamentos a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidores da John Deere Brasil Ltda. ("Controladora") visando ao fomento da venda de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere.	2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, emanadas das normas substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil nº 6.404/76 e respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normatizadas pelo BACEN. As normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), serão aplicadas somente quando aprovadas pelo BACEN em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, o Banco na elaboração de suas demonstrações financeiras adotou os seguintes pronunciamentos:	3. Resumo das Principais Práticas Contábeis - 3.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata temporis" até a data do balanço. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar. 													

Continuação

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades do Banco. A divulgação a seguir refere-se a despesa com a remuneração dos Diretores do Banco durante o exercício findo 31 de dezembro 2023 e de 2022.

	31.12.2023	31.12.2022
Benefícios de curto prazo a administradores	4.605	5.504
Outros benefícios de longo prazo¹	177	279
Total	4.782	5.783

¹) Plano de benefício definido cuja intenção de resgate é de longo prazo. **d) Garantias:** Em 31 de dezembro de 2023 o saldo em garantias fornecida pela Controladora para operações de crédito representavam o montante:

	31.12.2023	31.12.2022
Convênios Operacionais	66.080	50.761
Total	66.080	50.761

16. Outros Passivos: Representam o saldo de receita de taxa de juros subsidiada pela Controladora e Ligadas, o qual foi recebido antecipadamente e será apropriado ao resultado, conforme prazo do contrato de financiamento aos quais se refere.

	31.12.2023	31.12.2022
Rendas Antecipadas - AG Externos	11.465	-
Rendas Antecipadas - CS Recurso Próprios	11.200	3.697
Rendas Antecipadas - AG Recurso Próprios	19.390	2.100
Rendas Antecipadas - FL Recurso Próprios	1.467	3.89
Rendas Antecipadas - AG Fimane	14.323	263
Rendas Antecipadas - CS Recurso Próprios (Wirtgen/Ciber)	142	419
Rendas Antecipadas - AG Recurso Próprios (PLA)	163	-
Total	58.150	6.868

Durante o exercício de 31/12/2023, foram apropriados ao resultado os montantes de R\$15.685, respectivamente (R\$4.245 em dezembro de 2022), apresentados na rubrica “Receita de Operações de Crédito”.

17. Receitas de prestação de serviços

	31.12.2023	31.12.2022
	Semestre	Exercício
Receitas de prestação serviços ¹)	2.224	3.878
Outras receitas	11	14
Total	2.235	3.892

¹) Referem-se aos serviços prestados na concessão de crédito para operações de financiamento aos fabricantes da marca John Deere, concessionárias e distribuidores.

18. Despesas de pessoal

	31.12.2023	31.12.2022
	Semestre	Exercício
Remuneração	14.433	26.583
Encargos	9.323	17.012
Benefícios	4.116	7.825
Treinamento	293	613
Outras	2.351	4.353
Total	30.516	56.386

19. Outras despesas administrativas

	31.12.2023	31.12.2022
	Semestre	Exercício
Depreciações e Amortizações	2.533	4.985
Serviços Técnicos		
Especializados e de Terceiros	12.572	23.353
Comunicações	171	371
Processamento de Dados	1.035	2.217
Propaganda, Promoções e Publicidade	5.875	6.316
Aluguéis	700	1.382
Transportes e Viagens	1.134	2.396
Serviços do Sistema Financeiro	1.221	2.235
Serviços de Vigilância e Prediais	357	714
Material	34	67
Cobrança Multas e Juros	1.335	2.671
Outras	550	2.861
Total	28.970	51.963

20. Outras receitas operacionais

	31.12.2023	31.12.2022
	Semestre	Exercício
Recuperação de Encargos e Despesas	1.013	1.878
Receita equalização tesouro	581	581
Outras	11	22
Total	1.605	2.481

¹) Corresponde a variação monetária das operações de crédito e variação cambial das operações de empréstimos e repasses no exterior realizadas com partes relacionadas, resultado referente a receita de intermediação financeira.

21. Benefícios a Empregados - a) Plano de contribuição definida: O Banco aderiu ao Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada John Deere Prev, junto ao Bradesco Multipensions, que tem por finalidade básica a concessão de benefício a seus empregados de um complemento de aposentadoria, sendo esta através de um plano de contribuição definida. Não existe nenhuma obrigação atuarial oriunda desse plano que requeira reconhecimento contábil. As despesas de contribuição do Banco referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 1.565 e R\$ 2.804 respectivamente e R\$ 2.239 em 31.12.2022. **b) Plano de saúde:** O Banco oferece aos seus empregados aposentados, a exemplo dos empregados ativos, planos de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas. Com base nas características do benefício pós-emprego, foi efetuado pelo atuário independente o cálculo das obrigações do Banco relativo a esse benefício pós-emprego, gerando resultado conforme o seguinte demonstrativo:

	31.12.2023	31.12.2022
Passivo atuarial no início do exercício	5.821	5.090
Custo dos serviços correntes	342	447
Juros sobre obrigações atuariais	619	431
Benefícios pagos pela empresa	(125)	(81)
Ajuste de avaliação atuarial	645	(36)
Imposto de renda e Contribuição Social	528	(30)
Saldo do passivo no fim do exercício	7.830	5.821

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são:

	31.12.2023	31.12.2022
Taxa de desconto atuarial - taxa real	5,45%	6,23%
Taxa de desconto atuarial - taxa nominal	10,20%	10,75%
Inflação projetada	4,50%	4,25%
Aumento por idade (“aging fator”)	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade geral: AT-2000; Hipótese de rotatividade: [(2,00/idade do participante) - 0,04] + 0,05]. A partir de 50 anos de idade, as taxas são nulas.		

22. Instrumentos Financeiros: Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez. Em virtude das operações realizadas em moeda estrangeira, os resultados do Banco estão suscetíveis a variações dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados ao dólar norte-americano (US\$). A exposição líquida do Banco ao risco de taxa de câmbio em dólar norte-americano (US\$) é conforme a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Operações de crédito	3.215.886	2.359.852
Outros Créditos - Com partes relacionadas	6.465	5.110
Operações de empréstimos e repasses	(3.217.095)	(2.392.731)
Outras obrigações - Com partes relacionadas	(4.161)	(4.279)
Exposição líquida	(1.095)	(32.048)

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração. O Banco utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos com o propósito de reduzir a exposição da carteira de empréstimos decorrentes da variação cambial na exposição da análise das contas patrimoniais estimada do Banco. A política do Banco prevê contratações de derivativos, quando necessário, para proteção de curto prazo, sendo sua intenção a de mantê-los até o seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não havia derivativos contratados.

23. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Valor justo é o montante que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data de mensuração/data-base para fins dessa demonstração financeira. Para fins da divulgação abaixo do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados contabilmente pelo custo amortizado, utilizamos a hierarquia conforme segue: • Nível 1: as informações são obtidas por meio de preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis, para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; • Nível 3: de técnicas de avaliação nos quais os inputs significativos não têm como base os dados observáveis de mercado. Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substantiado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento. Os instrumentos financeiros do Banco são mensurados contabilmente pelo custo amortizado, a tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros:

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco John Deere S.A. foi formado por deliberação do Conselho de Administração em conformidade com as normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e homologado pelo Banco Central do Brasil tendo dentre suas atribuições, o assessoramento ao Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e acompanhamento do cumprimento das exigências legais e regulamentares. O Comitê de Auditoria (“Comitê”) do Banco John Deere S.A. manifesta que, reuniu-se ao primeiro trimestre de 2023 para análise de assuntos de sua competência, cujo funcionamento é disciplinado pelo seu regimento interno, e pelas regulamentações do Banco Central do Brasil. Nessas oportunidades, foram focados diversos temas, destacando-se: apresentação do plano de trabalho da Auditoria Independente, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício, principais variações comparado com o semestre anterior, e acompanhamento das atividades de auditoria interna, a avaliação dos sistemas empregados para controles internos e gestão de riscos. De forma mais detalhada, foram avaliados os seguintes assuntos: - Monitoramento da atuação da auditoria independente, análise de seus relatórios e dos pontos de recomendação emitidos; - Análise do cronograma semestral de atividades, sua execução e dos relatórios preparados pela auditoria interna; - Apreciação e discussão de temas relevantes levantados nos relatórios de auditoria independente e interna; - Apreciação das Informações da Demonstrações Financeiras Semestrais da Empresa, e; - Apreciação dos resultados de Auditoria de Crédito e Concessionários, relatório de deficiências e cronograma para o próximo semestre. Conclusão: Embasado nas atividades descritas, consideradas as responsabilidades e limitações naturais do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras individuais do Banco John Deere S.A. relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Membros do Comitê de Auditoria:

Alex Brauweres Ferreira
Diretor de Crédito / Contador: CRC: 1SP350497/O-0

Israel Oliveira
Dir. Strategy & Bus. Transformation R3

Diretoria
Israel Gobatto de Oliveira Diretor
Fabiola da Silva Alves Diretora

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas do **Banco John Deere S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco John Deere S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco John Deere S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para perdas associadas ao risco de crédito - Por que é um PAA?** A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do BACEN, especificamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/99, sendo estimada com base nas análises das operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor, de acordo com as políticas internas do Banco, conforme divulgado na nota explicativa nº 3.4 às demonstrações financeiras. A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito é conduzida com a utilização de

metodologia interna na determinação do “rating” do tomador do crédito e envolve julgamento sobre os fatores de risco dos clientes e das operações, tais como o histórico de inadimplência, situação econômico-financeira, grau de endividamento, atraso, setor de atividade econômica, garantias, região de atuação, entre outros. Devido à relevância das operações de crédito e pelo fato de envolver julgamento da Administração na estimativa da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das políticas e da metodologia interna utilizada na determinação do “rating”; (ii) entendimento dos controles que permeiam o processo de determinação do “rating”; (iii) desafio das principais premissas e dos julgamentos relevantes da Administração na determinação do “rating” de crédito em base amostral; (iv) análise do nível de provisionamento total das carteiras; (v) recálculo dos valores provisionados; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria, consideramos que os critérios adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são apropriados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

			31.12.2023
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2

	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Valor justo
Ativos				Nível 3
Equivalentes de Caixa	147.476	1.426	146.050	-
Operações de crédito	17.435.533	-	-	16.392.344
Total ¹)	17.583.009	1.426	146.050	16.392.344
Passivos				
Depósitos à vista	201.370	201.370	-	-
Depósitos a prazo	2.099.170	-	2.103.355	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	2.672.133	-	2.693.082	-
Obrigações por emissão Letras de crédito - LCA	905.006	-	920.289	-
Repasse do país - instituições oficiais	6.501.656	-	5.537.573	-
Obrigações por repasses Exterior	3.217.095	-	3.039.305	-
Total ¹)	15.596.430	201.370	14.293.604	-

	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Valor justo
				Nível 3

Ativos				
Equivalentes de Caixa	978.300	1.036	977.264	-
Operações de crédito	13.626.644	-	-	13.483.718
Total ¹)	14.604.944	1.036	977.264	13.483.718
Passivos				
Depósitos à vista	237.071	237.071	-	-
Depósitos a prazo	2.594.353	-	2.593.914	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	1.883.779	-	1.883.432	-
Obrigações por emissão Letras de crédito - LCA	60.075	-	60.065	-
Repasse do país - instituições oficiais	5.312.400	-	4.905.570	-
Obrigações por repasses Exterior	2.392.731	-	2.454.341	-
Total ¹)	12.480.409	237.071	11.897.322	-

¹) Valor justo dos instrumentos financeiros é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e taxas divulgadas pela B3 SA. - Brasil, Bolsa, Balcão.

24. Limites Operacionais: Em 31 de dezembro de 2023, os limites mínimos de capital exigidos foram de 8% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6% para o Índice de Nível I e de 4,5% para o Índice de Capital Principal. Em 31 de dezembro de 2023, o Índice de Basileia do Banco John Deere atingiu 14,20% (sendo composto somente pelo Nível I de capital). O Índice de Alavancagem, que é monitorado mensalmente, alcançou 12,26%, enquanto em 31.12.2022 apresentou um índice de 12,83%. A seguir os principais indicadores em 31 de dezembro de 2023 e o comparativo com o exercício anterior, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	Banco John Deere	
	31.12.2023	31.12.2022
Patrimônio de Referência¹	2.577.830	1.985.323
Nível I	2.577.830	1.985.323
Capital Principal	2.577.830	1.985.323
Capital Complementar	2.577.830	1.985.323
Nível II		
Ativos Ponderados pelo Risco	18.153.381	13.706.062
Risco de Crédito²	17.033.712	13.132.957
Risco de Mercado³	416.021	13.053
Risco Operacional⁴	703.647	560.051
IRRBB⁵	188.374	300.542

Requerimentos Mínimos de Capital	Banco John Deere	
	31.12.2023	31.12.2022

Índice de Capital Principal	14,20%	14,48%
Índice de Nível I	14,20%	14,48%
Índice de Basileia	14,20%	14,48%
Índice de Imobilização	0,16%	0,21%

¹) O CMN, por meio da Resolução nº 4.955/21, define o Patrimônio de Referência, para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis, Nível I e Nível II, em que o Nível I consiste no somatório de Capital Principal e Capital Complementar. A apuração é composta por itens integrantes do patrimônio líquido aplicado deduções e ajustes prudenciais, além dos instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas. ²) Parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco

de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWAcpad), conforme estabelecidos na Resolução BCB nº 229/22. ³) Parcela referente às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos a variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada (RWAcam). O Banco não possui operações classificadas na carteira de negociação. ⁴) Parcela relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAopad), de que trata a Circular BACEN nº 3.640/13. ⁵) De acordo com a Circular nº 3.876, o Banco John Deere considera os valores calculados para AEE e ANIL na apuração do valor de PR mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB). O Banco John Deere divulga, trimestralmente, informações (não auditadas) referentes à Gestão de Riscos. O relatório com maior detalhamento das premissas, da estrutura e das metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.johndeere.com.br/Banco. As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

25. Gerenciamento de riscos e gestão de capital: Em conformidade com o disposto nas Resoluções CMN nº 4.553/17 e nº 4.557/17, o Banco John Deere mantém uma estrutura para gerenciamento de risco e capital compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos estabelecidos pela instituição. Esta estrutura é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição, além de ser capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e do mercado de atuação. • Risco de crédito: a gestão de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com a natureza do negócio. O modelo de negócio define os mercados de atuação, o qual é composto por financiamento de equipamentos, peças e serviços John Deere para clientes que tem sua atividade voltada aos mercados agrícola, construção civil e florestal, além dos concessionários e distribuidores John Deere. As políticas de crédito são definidas de acordo com as diretrizes globais da corporação, alinhadas aos objetivos de negócios e às práticas de mitigação de risco, e a política de gestão de risco de crédito define as principais ferramentas que são utilizadas para sua gestão. • Risco de mercado: o monitoramento do risco de mercado é realizado por meio do VaR - “Value at Risk”, *Backtesting*, Teste de Estresse, Teste de Aderência e Limites Prudenciais. De acordo com a Circular nº 3.876 o Banco John Deere considera os valores calculados para AEE e ANIL na apuração do valor de PR mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB). O VaR é utilizado apenas como uma métrica para análises gerenciais. As atividades relacionadas ao processo de mensuração, avaliação, análise e reporte dos riscos estão descritas na política de risco de mercado. • Risco de liquidez: em consonância com a estratégia da instituição e considerando o atual modelo de negócios, o Banco John Deere utiliza como métrica a Análise de descasamentos (Gap), Limites de Risco de Liquidez e Análise de Sensibilidade para identificar fatores que possam comprometer a estabilidade financeira da instituição. Os princípios a serem utilizados no gerenciamento do risco de liquidez do Banco estão definidos na política de risco de liquidez. • Risco operacional: a gestão do risco operacional ocorre de forma integrada com a execução de processos pelas áreas de negócio. São considerados eventos de risco operacional aqueles que se referem às falhas, às fraudes, às deficiências ou às inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Adicionalmente, é realizado anualmente a revisão do processo de “Autoavaliação de Riscos e Controles”. • Gestão de capital: o gerenciamento de capital é realizado por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais o Banco está sujeito e de planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As atividades são realizadas conforme diretrizes definidas na política de gerenciamento de capital do Banco. • Razão de alavancagem: conforme estabelecido na circular 3.748/15, a apuração da razão de alavancagem (RA) é dado pelo quociente do montante do Capital Nível I sobre a exposição total da instituição. O monitoramento do índice é realizado mensalmente. Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, bem como os relatórios relacionados, podem ser consultados no endereço eletrônico www.johndeere.com.br/Banco, que não fazem parte dessas demonstrações financeiras.

relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 26 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOMATSU
Audítores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Augusto Velasco Rampaso
Contador
CRC nº 1 SP 289672/O-1



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>